

---

# CIDADES BRASILEIRAS: a urbanização patológica

Ricardo Rossato\*

*A urbanização em escala universal constitui um fenômeno próprio dos séculos XIX e XX. O Brasil, no entanto, passa a experimentar este fenômeno apenas nos últimos decênios. De fato, a urbanização na Europa e na América do Norte prolongou-se por mais de um século e meio, enquanto que, entre nós, durou aproximadamente cinquenta anos. A rapidez deste processo trouxe consigo severas conseqüências de ordem sócio-econômica, para o que não se vislumbram soluções num horizonte próximo. Contudo, a compreensão destes problemas depende da adequada caracterização do modelo de urbanização brasileira, com ênfase para os seus aspectos demográficos e sociológicos, para o que os dados oriundos dos censos do IBGE são bastante reveladores.*

\* Professor do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

## AS TENDÊNCIAS RECENTES DA URBANIZAÇÃO

Com o desenvolvimento tardio do processo de industrialização, a urbanização também será postergada.<sup>1</sup> Numa relação de causa e efeito destes dois fenômenos, na medida em que a industrialização só se desenvolve mais recentemente, as transformações sociológicas que a acompanham, entre as quais a urbanização, também ocorrem tardiamente.

A ação política do governo de Getúlio Vargas, visando à modernização do país com medidas econômicas e sociais, desencadeiam gradualmente amplos movimentos migratórios que acabarão por acelerar a urbanização. Paralelamente a estes movimentos, deve-se destacar o elevado ritmo de crescimento demográfico que o Brasil experimentava. Com efeito, a chamada fase da explosão demográfica, situada entre os anos de 1940 e 1970, fazia com que o país vivesse um ritmo de crescimento demográfico tão intenso, que em determinado momento se constituiu no epicentro do crescimento mundial. No bojo destes processos, intensifica-se o ritmo de crescimento urbano. Portanto, no primeiro momento, a urbanização é acelerada por dois fatores: a industrialização, que atinge o ápice da substituição de importações entre 1950 e 1960, e as elevadas taxas de incremento demográfico, que ocorrem entre 1940 e 1970. Enquanto a população global do Brasil, entre 1940 e 1991, multiplicou-se por 3,54, neste mesmo período a população urbana multiplicou-se 8,61 vezes.<sup>2</sup>

**Tabela 01:** População urbana do Brasil, número índice 1940:100.

Ano	População total	População urbana	Taxa de urbanização	Número Índice
1940	41.263.315	12.880.182	31.24	100
1950	51.944.397	18.782.891	36.16	146
1960	70.070.457	31.303.034	44.67	243
1970	93.139.037	52.084.984	55.92	404
1980	119.002.706	80.436.409	67.59	624
1991	146.917.459	110.875.826	75.86	861

Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Resultados Preliminares do Recenseamento de 1991.

<sup>1</sup> Entende-se por população urbana, toda a população residente na sede dos municípios e na sede dos distritos. Efetivamente trata-se de um conceito bastante generoso, diante do conceito restritivo de outros países como a França e a Itália que, para considerarem uma comunidade como população urbana, exigem um número mínimo de habitantes e de condições de infra-estrutura, tais como correios, telefone, rede de esgotos. Basta esta observação para se perceber o quanto a taxa de urbanização brasileira é elevada artificialmente, a partir da própria concepção do que seja urbano.

<sup>2</sup> IBGE. *Resultados Preliminares do Censo de 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. (não publicado)

A análise dos dados da Tabela 01 permite observar a intensidade do ritmo de urbanização: em cinquenta anos a população urbana do Brasil, em média, multiplicou-se por 8,6 vezes, dobrando, portanto, a cada seis anos. Os dois períodos de crescimento mais pronunciados situam-se em termos de volume, nas décadas de 70 e 80. Nesta etapa são acrescentados aproximadamente 60 milhões à população das cidades, número superior a todo o processo de urbanização da história do país.

Por conseguinte, à fase da explosão demográfica segue-se imediatamente a explosão urbana. Às altas taxas de fecundidade, tanto urbanas como rurais, corresponderam altas taxas de urbanização. A partir de 1950, as taxas de urbanização global permanecem constantes, ao redor de 8,5% a 10%, chegando mesmo a mais de 11% entre 1970 e 1980. Em cinquenta anos invertemos as tendências nacionais: passamos de 2/3 de população rural para 2/3 de população urbana.

**Tabela 02:** Índice de urbanização do Brasil por região - 1940-1991.

Região	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Norte	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65	57,83
Nordeste	23,42	26,40	33,89	41,81	50,46	60,64
Sudeste	39,42	47,55	57,00	72,68	82,81	88,01
Sul	27,73	29,50	37,10	44,27	62,41	74,12
Centro-Oeste	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79	81,26
Brasil	31,24	36,16	44,67	56,72	67,59	75,47

Fonte: IBGE-Anuário Estatístico do Brasil (1984) e Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991.

A urbanização do Brasil, quando analisada sob a ótica regional, permite visualizar outras facetas deste processo (Tabela 02). Inquestionavelmente, a região Sudeste antecipou-se às demais no que tange à industrialização e manteve esta posição durante todo o período recente. Esta região, de forma constante puxou para cima as taxas de urbanização do país. Até 1970, era a única que apresentava

---

taxas superiores às nacionais e, mesmo em 1980, ainda contribuía decisivamente para elevar as médias do país. Esta tendência do Sudeste fica mais evidente ainda se levarmos em consideração que, em 1940, a região tinha 56,14% da população urbana do país e, em 1991, este número cai para 49,74%. Comprova-se, portanto, que as taxas de urbanização intra-regionais se tornam mais expressivas. A metade da população urbana do país encontra-se nesta região.

Deve-se destacar, contudo, que nos últimos 20 anos a região que apresentou ritmo mais intenso de urbanização foi, sem sombra de dúvidas, a Centro-Oeste. Esta região, que em 1970 tinha índices semelhantes às demais, com exceção do Sudeste, em 1991, distancia-se significativamente do Sul, Nordeste e Norte. Em trinta anos viveu um processo tão ativo de urbanização, que passa de 1/3 de população urbana em 1960 para 4/5 em 1991. Deve-se destacar, ainda, que a região apresenta o maior crescimento relativo: em 1940, esta área apresentava apenas 2,10% da população urbana do Brasil; em 1991, passa para 6,90%, mais do que triplicando a sua participação relativa. Entre 1970 e 1980, a taxa média geométrica de incremento anual da região foi de 7,69, enquanto que a mesma taxa para o Brasil foi de 4,44.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> IBGE. *Crescimento e Distribuição da População Brasileira, 1940-1980*. Rio de Janeiro : IBGE, 1984.

O que ocorreu no Sudeste e no Centro-Oeste teve uma causa comum: as migrações. Entretanto com características bastante distintas. Enquanto no Sudeste os migrantes, sobretudo nordestinos, eram atraídos pelo processo de industrialização e pela busca do emprego urbano, localizado especialmente no triângulo formado por São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte, o Centro-Oeste atraía as levas de migrantes que expandiam a fronteira agrícola do país. Estes, num segundo momento, emancipam os antigos núcleos rurais e hoje aceleram significativamente a urbanização da região. Também não deve ser desprezado o fenômeno de Brasília, sobretudo nos anos 60 e 70.

---

## A CONCENTRAÇÃO

Uma das características marcantes da urbanização brasileira é a chamada macrocefalia, ou seja, o crescimento acelerado dos grandes centros urbanos e a diminuição progressiva da população relativa das pequenas cidades. A comprovação deste fenômeno se dá através da observação do crescimento das regiões metropolitanas e da perda de população das demais categorias nos últimos 20 anos. Neste período, todas as regiões metropolitanas (Belém, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre) no mínimo dobraram a sua população, embora São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, exatamente as maiores, fiquem abaixo deste índice. De qualquer modo, a população destas nove áreas representa cerca de 40% da população urbana do Brasil. Inegavelmente, o fenômeno determinante do crescimento das áreas metropolitanas se deveu ao intenso fenômeno migratório inter-regional (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte) e intra-regional (Porto Alegre, Curitiba, Salvador). Contudo, deve-se destacar que tais regiões tiveram o seu maior crescimento entre os anos de 1950 e 1970. Neste ano, nas nove regiões metropolitanas encontravam-se 45,72% da população urbana do Brasil, enquanto, em 1991, este percentual caía para 38,07%. Diante deste fato, estaremos assistindo a uma reversão da tendência histórica de supercrescimento dos grandes centros? Para responder a questão seria preciso, com certeza, uma análise mais profunda dos dados do censo de 1991, os quais, de acordo com informações recentes do IBGE (agosto de 1993), só serão divulgados em meados do próximo ano.

A Tabela 03, complementa as informações anteriores: mostra como se comportaram os pequenos e médios aglomerados urbanos nos últimos cinquenta anos.

**Tabela 03:** Distribuição relativa dos aglomerados (%) e da população recenseada nos aglomerados urbanos (%) — Brasil (1940-1980)

Categoria de Tamanho (habs)	1940	1950	1960	1970	1980
Até 500	40,93	37,17	33,01	32,45	27,65
501 a 1000	23,17	23,48	22,00	19,62	15,99
1001 a 2000	17,33	17,58	17,47	16,80	16,50
2001 a 5000	11,67	12,87	15,54	15,84	17,96
5001 a 10000	3,71	4,80	5,78	6,97	9,28
10001 a 20000	1,84	2,21	3,29	3,84	5,59
20001 a 50000	0,78	1,27	1,79	2,71	4,04
Acima de 50000	0,46	0,61	1,12	1,77	2,88
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
População recenseada nos aglomerados urbanos					
até 500	4,05	2,88	1,87	1,22	0,67
501 a 1000	6,13	4,76	3,25	2,09	1,15
1001 a 2000	8,99	7,08	5,07	3,24	2,34
2001 a 5000	13,14	11,11	9,85	7,37	5,72
5001 a 10000	9,45	9,49	8,19	7,20	6,49
10001 a 20000	9,17	8,79	9,42	8,02	7,65
20001 A 50000	8,57	10,69	11,46	12,32	12,63
Acima de 50000	40,50	45,20	50,89	58,24	63,45

Fonte: IBGE — Anuário Estatístico (1984).

Um outro aspecto marcante e complementar no processo de urbanização brasileira, a par da concentração nas áreas metropolitanas, é a chamada aglutinação. Os dados mostram claramente como os pequenos municípios perdem cada vez mais a sua importância dentro do contexto brasileiro. Os municípios com menos de 2000 habitantes, que chegaram a representar 81,43% dos municípios e 19,17% da população em 1940, hoje somam ainda 60,14% dos aglomerados, mas apenas 4,16% da população. Certamente os dados do recenseamento de 1991 confirmarão esta tendência. E ainda mais: 78,1% dos municípios têm menos de 5000 habitantes.

---

Os primeiros resultados do censo demográfico de 1991 confirmam efetivamente as tendências apontadas: os municípios com 50.000 habitantes ou mais, somam 462 unidades, enquanto aqueles com menos de 1000 habitantes não passam de 5. É claro que aqui são considerados somente os municípios excluindo as outras aglomerações também consideradas urbanas. Os municípios com mais de 50.000 habitantes representam 10,68% das unidades e abrigam 80,78% da população urbana do país.<sup>4</sup> Embora a concentração mantenha-se, há um nítido fortalecimento da rede de cidades médias. Os pequenos municípios perdem sua importância tanto nos aglomerados como em termos de população. Há casos, como o Estado do Rio Grande do Sul, onde entre 1970 e 1980, uma centena dos 232 municípios teve redução absoluta de população, isto é, 43,00% deles apresentaram diminuição absoluta de população. De 1980 a 1991, repete-se praticamente o fenômeno, com 40,65% dos municípios gaúchos diminuindo a sua população.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> IBGE. Op. cit., 1992.

<sup>5</sup> IBGE. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*. Rio de Janeiro : IBGE, 1984 e IBGE. Op. cit., 1992.

Em síntese, hoje pode-se afirmar, com certeza, que o país já viveu a fase mais intensa do seu crescimento demográfico. Experimenta-se agora uma desaceleração notável do ritmo de crescimento vegetativo. Se o crescimento demográfico foi acompanhado por igual ritmo de crescimento econômico é o que veremos a seguir.

## OS PROBLEMAS DO CRESCIMENTO

Como nos demais países da América latina, o crescimento demográfico não foi acompanhado de correspondente desenvolvimento econômico. Não houve, por exemplo, um processo simultâneo de desenvolvimento e geração de empregos e de mudanças estruturais para absorver os contingentes da população. Se no campo do crescimento demográfico "*tudo indica que até o final do século o Brasil apresentará padrões de fecundidade e crescimento populacional próximos aos verificados nos países desenvolvidos por volta de 1980*"<sup>6</sup>, no campo social não se pode esperar a mesma coisa. Os acontecimentos recentes o demonstram sobejamente.

<sup>6</sup> MARTINE, George. O mito da explosão demográfica. *Ciência Hoje*, São Paulo, v.9, n.51, p.29-35, 1989.

<sup>7</sup> IBGE. *Crianças e Adolescentes, Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro : IBGE, 1992.

<sup>8</sup> IBGE. *Resultados preliminares do Censo de 1991*. Op. cit.

<sup>9</sup> Pesquisa publicada no jornal *Folha de São Paulo*, edição de 30 de março de 1993.

<sup>10</sup> CEPAL. *Comissão Econômica para a América Latina*. Março 1991.

<sup>11</sup> CEBRAP. *Crescimento e miséria*. São Paulo : Loyola, 1975.

Entre os principais problemas sociais urbanos, podemos apontar o dos brasileiros entre 0 e 17 anos dos quais 53% vivem em pobreza absoluta.<sup>7</sup> Segundo os dados do censo de 1991, Salvador, a terceira maior cidade do país, só dispõe de esgoto apropriado para 23% da sua população. Tem cerca de 15.000 meninos de rua e perto de 80 mil vendedores ambulantes.<sup>8</sup>

Infelizmente este quadro não é exclusividade de Salvador. Pesquisa feita em São Paulo mostra que na capital paulista existem 450 mil famílias miseráveis.<sup>9</sup> De acordo com o Banco Mundial, a América Latina apresentava em 1989, nas cidades, 103.700.000 pobres e 39.400.000 indigentes.<sup>10</sup>

Sem dúvida, o modelo adotado para o crescimento da América Latina e de modo específico para o Brasil, tem tornado mais agudos os problemas sociais. O modelo que contempla o uso intensivo de capital, bem como a concentração de renda, o arrocho salarial, o crescimento associado ao capital estrangeiro, tem agravado os problemas habitacionais, educacionais, de saúde, de alimentação, do subemprego e do aumento das necessidades sociais. A violência urbana não pode mais ser escondida e tem se revelado de modo constante nas precárias condições da família urbana. As pressões vindas do campo, onde está a maior concentração de terras do mundo, têm jogado numerosas levadas de agricultores nas periferias urbanas.

O estudo feito em 1975 sobre São Paulo — *Crescimento e miséria* —<sup>11</sup>, já bastante conhecido, parece válido para todo o país. As favelas da década de 60, próprias das grandes cidades, hoje estão presentes nas cidades médias e até nas cidades de pequeno porte.

A questão, portanto, não é mais o ritmo acelerado de crescimento demográfico, como está suficientemente demonstrado, mas o atual modelo de desenvolvimento que contempla somente uma pequena parcela da população, gerando e agravando os atuais problemas sociais. O crescimento econômico não foi acompanhado das chamadas reformas sociais, ausência refletida diretamente nas periferias urbanas.



---

## DESAFIOS DA URBANIZAÇÃO

O Brasil viveu o auge da explosão demográfica durante as décadas de 1950 e 1960. A partir dos anos cinquenta começa a intensificar-se o processo de urbanização, que se desenvolve em ritmo muito intenso, impulsionado pelas altas taxas de fecundidade e por fortes migrações inter-regionais e rurais, concentrando grandes massas de população nas regiões metropolitanas.

Apesar da queda do ritmo de crescimento demográfico, as taxas de urbanização nacional mantiveram-se elevadas. Entre as causas deste fenômeno deve-se apontar a incorporação de novas áreas, como o Centro-Oeste brasileiro. No entanto, a ausência de reformas sociais tanto no campo como na cidade tem agravado os problemas destas últimas, expandindo suas mazelas até mesmo para aquelas de pequeno e médio porte.

O crescimento das metrópoles, cada vez maiores, e a dimensão da urbanização estão a merecer uma atenção maior do que têm recebido até hoje. As conseqüências deste quadro deveriam constituir-se em objeto de preocupação dos poderes públicos, uma vez que a questão da explosão demográfica já foi ultrapassada, como os próprios fatos históricos demonstram. A exacerbação dos problemas urbanos está a exigir uma mudança de postura, para atender minimamente às atuais carências e para que sejam dados os primeiros passos rumo a um processo simultâneo de desenvolvimento, industrialização, modernização e urbanização.